

25 de Abril: Carlos e Fernando contam a sua história para evitar o silenciamento da deserção à guerra

written by O Cidadão | 29 de Março, 2024



“Ainda hoje os desertores são considerados traidores à pátria. Eu assumo a minha condição de traidor à pátria, traidor à pátria do fascismo, da fome, do analfabetismo, da tortura, da falta de liberdade, da prisão, da guerra, da exploração”, disse Fernando Cardoso num colóquio sobre a guerra colonial portuguesa (1961-1974), na semana passada, na Escola Básica e Secundária Dom Martinho Vaz de Castelo Branco, de Vila Franca de Xira.

Carlos Neves recordou que então o Governo os acusava de serem *“medricas, cobardes e traidores”* e que, 50 anos depois do 25 de Abril de 1974, essa narrativa se mantém válida para alguns.

“Hoje este problema ainda não está resolvido. Para muita gente conservadora continuamos a ser traidores à pátria, à pátria deles”, afirmou. Para Carlos, os milhares de jovens que disseram não à guerra colonial foram uma “tropa sem farda e sem armas” cuja revolta também ajudou à revolução.

*“Se um contingente em África era de 70 mil a 80 mil soldados, os 200 mil jovens desertores, refratários e faltosos chegavam para fazer mais dois contingentes de soldados para as frentes de batalha da guerra colonial. [...] Estes milhares de jovens não podem ser descartados, ignorados, têm o seu lugar na luta contra o fascismo e o colonialismo, contribuíram para a revolta dos oficiais de carreira, saturados pelo excesso de comissões por falta de efetivos”, lê-se no seu testemunho publicado no livro “**Exílios 2**”, editado pela Associação de Exilados Políticos Portugueses.*

Na escola de Vila Franca de Xira, Carlos e Fernando estiveram duas horas a responder a perguntas de alunos do 8.º ao 11.º anos.

Foram questionados sobre a vida dos jovens na ditadura, quem os ajudou a fugir, quem os recebeu, como contactavam as famílias ou o que os marcou nos países de exílio.

Em resposta, ouviram relatos de livros e filmes censurados, rapazes aterrorizados pela ideia de ter de fazer a guerra, num tempo em que namorados não se podiam beijar na rua, mas também relatos de camaradagem e do “*extraordinário que era a possibilidade de ser livre*” nos países de acolhimento.

O tema da deserção é ainda hoje pouco falado. A historiadora Irene Flunser Pimentel considera que é uma questão “*polémica e quase tabu em Portugal*”.

Considerando que ***silenciamento é esquecimento***, em 2015, foi fundada a **Associação de Exilados Políticos Portugueses** com o objetivo de registar as memórias de desertores (militares que abandonavam as suas unidades militares), refratários (faziam a

inspeção militar mas fugiam antes da incorporação) e exilados políticos da guerra colonial.

CARLOS NEVES

A viver no bairro da Ajuda, em Lisboa, Carlos Neves medrou o *'não à guerra'* na Igreja, entre os católicos progressistas, e decidiu sair definitivamente do país quando visitou um amigo ferido em Angola, no Hospital Militar da Estrela.

"O que vi no hospital – ainda me arrepio – eram jovens queimados, sem pernas, sem braços, e comecei a pensar com os meus amigos como havia de resolver o problema e o problema era como sair do país", contou.

Foram dois amigos que trabalhavam na TAP que lhe sugeriram ir para a Holanda. Para ir de avião (e não *'a salto'*) teve de pedir passaporte, o que o levou a ir à sede da polícia política contar a mentira de que a família lhe tinha oferecido a viagem por ter terminado o curso de serralheiro mecânico.

A partida seria em setembro de 1971, mas em julho morreu o pai, operário no Porto de Lisboa. Filho único, ainda pensou ficar para não deixar a mãe – doméstica, sem meios de subsistência e agora sozinha.

Manteve o plano porque, enquanto viúva de funcionário público, o regime lhe arranjou trabalho e de qualquer forma a mãe ficaria sozinha: com o filho ou na guerra ou no exílio.

No avião, sentou-se ao lado de um holandês *"com roupa a precisar de muito sabão"* a quem contou, sem saber com quem falava, que ia para a Holanda fugir da guerra. Foi essa ingenuidade que o salvou, quando no aeroporto a polícia não o deixou passar por considerar a história pouco credível perante só ter bilhete de ida e 1.200 escudos.

"O holandês, quando percebeu, veio de lá de longe aos gritos a

dizer que tinha estado três meses num país fascista, que falou com toda a gente e nunca nenhum polícia o chamou a atenção e ali na Holanda, o baluarte da democracia, um país social-democrata, levantava restrições a um jovem. Assinou um documento em que se responsabilizava por mim e deu a morada da sua casa em Roterdão”, recordou.

Quando saíram do aeroporto nunca mais se viram. Carlos foi procurá-lo mais tarde a Roterdão. A rua nem sequer existia.

FERNANDO CARDOSO

Fernando ainda foi à tropa, que fez no Algarve com um comandante que se gabava de em África se passear com crânios de africanos na frente do jipe, antes de desertar em 1970. Saiu de Portugal ‘a salto’ pela zona de Marvão, numa fuga de carro com amigos para Paris. Contudo, o ‘*não à guerra*’ tinha nascido bem antes.

“A partir dos 14 anos tomei consciência de que, mais tarde ou mais cedo, ia bater com os costados na tropa. Em todos os jovens, a conversa do dia e da noite era a guerra. Esta guerra não é minha, esta guerra são pessoas que estão a lutar pela sua liberdade e libertação. Primeiro, era a consciência da guerra e depois era como fazer guerra à guerra, o que implicava o exílio”, contou.

Saíram de Portugal sem saber quando voltariam e se voltariam, admitindo que podia ser para toda a vida.

Carlos, nos Países Baixos, e Fernando, em França, foram ficando em casa de gente que iam conhecendo até arranjam alojamento que podiam pagar. Trabalharam nos empregos que davam aos imigrantes ilegais, em limpezas, fábricas e hotelaria. Carlos recordou que nas limpezas ficava horas parado entre turnos e, para fugir ao frio gelado do seu quarto, fica pelas igrejas, pois eram aquecidas.

As diferenças sociais que existiam em Portugal também se

notavam entre os exilados, entre aqueles a que as posses das famílias lhes permitiam estudar e a maioria que trabalhava para sobreviver. *“Eram dois mundos que não se confundiam no exílio, uns no Quartier Latin e outros a fazer greve na fábrica em que trabalhavam”*, relatou Fernando Cardoso.

Foi entre a vida dura, contaram Carlos e Fernando, que descobriram a liberdade, a política, denunciaram a guerra colonial, a ditadura portuguesa, desde logo em comités de refugiados, exilados e emigrantes, e à distância se entusiasmaram com o 25 de Abril.

Ambos ouviram a primeira notícia do golpe de Estado pela **rádio** e, em países diferentes e sem se conhecerem, desconfiaram dos militares de óculos escuros que depois viram na televisão e que lhes recordaram as juntas militares da América Latina, temendo que a revolta fosse tomada pela ultra direita.

Mas, rapidamente, aplacaram os receios e Carlos fez parte do grupo de 30 exilados que partiu de Amesterdão em carrinhas para a grande manifestação do 1.º de Maio em Paris.

Também Fernando participou, mas contou, de cara tapada, porque ainda temia o modo como um regime militar lidaria com os desertores (mais tarde seria aprovada uma amnistia para os desertores da guerra colonial).

O regresso a Portugal, com a *“mala cheia de sonhos e de esperança”*, surpreendeu-os. Tinham saído de um país cinzento, retrógrado, repressivo e regressavam a uma festa.

“Portugal explodiu de afetos, de criatividade, de amor. Cheguei a Lisboa e fiquei espantado, era uma cidade em efervescência. Paris passou a ser uma cidade velha. Portugal foi um laboratório de criatividade durante dois anos”, recordou Fernando.

A guerra colonial durou 13 anos (1961-1974) e mobilizou 800 mil soldados portugueses para África e 500 mil africanos

incorporados nas tropas portuguesas para combater os movimentos de libertação.

A discussão da deserção foi desde cedo tema de debate entre opositores à ditadura.

O Partido Comunista Português (PCP) defendia que os militantes não deviam desertar usando a sua incorporação para esclarecer os soldados e organizar a rejeição à guerra, incluindo nos campos de batalha.

Os católicos progressistas e a chamada extrema-esquerda, defendiam a legitimidade da deserção, incluindo como gesto político.

Os investigadores Miguel Cardina e Susana Martins apontam para a existência de cerca de 9 mil desertores, número que admitem que tem lacunas em certos anos e setores militares, a que se somam entre 10 mil a 20 mil refratários e 200 mil jovens de faltosos à inspeção. Dos jovens faltosos muitos deles juntavam-se a familiares emigrados na Europa escapando à pobreza.

OC/Irina Melo/Lusa